

SERMÕES SETECENTISTAS PORTUGUESES DE AUTOS-DA-FÉ

Paulo Drumond Braga
(Cátedra Infante D. Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a
Globalização / Universidade Aberta)

RESUMO

Esta comunicação pretende estudar os 14 sermões pregados nos autos da fé da Inquisição portuguesa durante o século XVIII e posteriormente publicados. Os respetivos autores procuravam demonstrar as verdades do Cristianismo e os erros do judaísmo, criticando a cegueira dos judeus, obstinados na sua não-aceitação de Cristo como o Messias. Visavam sobretudo os cristãos-novos que alegadamente judaizavam. Acabavam por funcionar menos como mecanismos auxiliares da conversão sincera dos cristãos-novos e mais como de propaganda, justificando a existência da Inquisição.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal, Inquisição, sermões, autos-da-fé

PORTUGUESE SEVENTEENTH-CENTURY SERMONS PREACHED AT AUTOS-DA FÉ

ABSTRACT

This paper aims to study the 14 sermons preached in portuguese *autos-da-fé* during the XVIIIth century and published. Their authors sought to demonstrate the truths of Christianity and the errors of Judaism, criticizing the blindness of the Jews, obstinate in their non-acceptance of Christ as the Messiah. They aimed primarily at the New Christians who allegedly judaized. They ended up functioning less as auxiliary mechanisms for the sincere conversion of new Christians and more as propaganda, justifying the existence of the Inquisition.

KEYWORDS: Portugal, Inquisition, sermons, *autos-da-fé*.

1. Na Época Moderna, os sermões eram pregados em momentos tão diferentes como missões do interior, exéquias, ações de graças, panegíricos dos santos e da Virgem, canonizações, aniversários da fundação de casas conventuais, tomadas de hábito, procissões de resgate de cativos e bem assim todas as festas religiosas e litúrgicas¹.

¹ Para o estudo dos sermões em Portugal, cfr. Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008); João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina* (Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986); id., *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668* (2 vols., Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989); id., “Oratória sacra ou parenética”, em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, ed. Carlos Moreira Azevedo, vol. IV (Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2001), 471-510; id., “A pregação fúnebre na Igreja da Lapa no aniversário da morte de D. Pedro IV: os sermões do P. Domingos da Soledade Sillos”, em *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001), 385-414; id., “Primeira jornada de D. Sebastião a Marrocos, no Verão de 1574, e a actuação dos pregadores portugueses”, em *Obra Selecta*, tomo I, vol. 1 (Lisboa: Roma Editora, 2008), 145-171; id., “O clero nortenho e as Invasões Francesas”, in id., *ibidem*, 67-144; Margarida Vieira Mendes, *A Oratória Barroca de Vieira*, 2.^a edição (Lisboa: Caminho, 2003); Paulo Drumond Braga, “A doença de D. João V como tema da oratória barroca: o problema da ‘cura’”, em *I Congresso Internacional do Barroco*, vol. I (Porto: Reitoria da Universidade do Porto, Governo Civil do Porto, 1991), 167-175; id., “Ataques às heresias e defesa da Inquisição. Sermões em honra de S. Pedro Mártir (Séculos XVII-XVIII)”, em *Anais do I Congresso Lusófono de Ciência das Religiões – Religiões e Espiritualidades, Culturas e Identidades*, vol. 3, ed. Isabel Drumond Braga, Maria Renata Duran e Andrea Doré (Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2015), 26-37; Francis Cerdan, “L’ oraison funébre du roi Philippe II de Portugal (Philippe III d’Espagne) par Frei Baltasar Paez en 1621”, *Arquivos do Centro Cultural Português* 31 (1992): 151-170; Euclides dos Santos Griné, “A Construção da Imagem Pública do Rei e da Família Real em Tempo de Luto (1649-1709)” (dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1997); Federico Palomo, *Fazer dos Campos Escolas Excelentes. Os Jesuítas de Évora e as Missões do Interior em Portugal (1551-1630)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003), 291-308; id., *A Contra-Reforma em Portugal. 1540-1700* (Lisboa: Livros Horizonte, 2006), 77-81; Ana Isabel López-Salazar, “‘May de Lisboa e dos Portuguezes todos’. Imágenes de reinas en el Portugal de los Felipes”, em *Las Relaciones Discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: La Casa de Las Reinas (siglos XV-XIX)*, vol. III (Madrid: Polifemo, 2008), 1749-1776; José Pedro Paiva, “Episcopado e pregação no Portugal moderno. Formas de actuação e de vigilância”, *Via Spiritus* 16 (2009): 9-43; Belmiro Fernandes Pereira, *Retórica e Eloquência em Portugal na Época do Renascimento* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012); Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Eloquência, cativo e glorificação. O sermão de Frei José de Santa Maria por ocasião do resgate geral de cativos de 1655”, em *Triunfos da Eloquência. Sermões reunidos e comentados. 1656 a 1864*, ed. Maria Renata da Cruz Duran (Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012), 11-39; id., “Parenética e profissão de religiosas em Seiscentos: a glorificação da vida fora do século”, *Opsis* 13, 2 (2013): 419-447; id., “Eloquência e poder político: o púlpito madeirense ao serviço do Marquês de Pombal”, em *Diocese do Funchal. A Primeira Diocese Global. História, Cultura e Espiritualidades*, ed. José Eduardo Franco e João Paulo Oliveira e Costa, vol. 1 (Funchal: Diocese do Funchal, 2015), 503-515; id., “A parenética franciscana ao serviço da Monarquia por ocasião do nascimento de D. Maria Teresa de Bragança (1793)”, *Paralellus* 6, 12 (2015): 119-138; id., “Chorar uma Rainha em Portugal e no Brasil: os sermões por ocasião da morte de D. Maria I”, em *Anais do I Congresso Lusófono de Ciência das Religiões – Religiões e Espiritualidades, Culturas e Identidades*, vol. 3, ed. Isabel Drumond Braga, Maria Renata Duran e Andrea Doré (Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2015), 38-59; id., “Entre religião, ciência e política: a parénese seiscentista de Frei Amador da Conceição”, *Revista Territórios e Fronteiras* 9, 1 (2016): 131-146.

O caso particular das peças parenéticas proferidas nos autos-da-fé da Inquisição portuguesa nos séculos XVII e XVIII² têm interessado alguns estudiosos há anos³. Nesta comunicação serão trabalhados somente os casos setecentistas publicados.

2. Entre 1705 e 1749 foram pregados 14 sermões em autos-da-fé que tiveram direito a honras dos prelos. Sete foram-no em Lisboa (1705, 1706, 1707, 1709, 1746, 1748 e 1749), seis em Coimbra (1706, 1713, 1718, 1720, 1726 e 1727) e apenas um em Évora (1710).

No caso concreto de Lisboa, sabe-se que foram proferidos quatro no Rossio (1705, 1706, 1707, 1709) e três na igreja de S. Domingos (1746, 1748 e 1749). Os de Coimbra foram no terreiro de São Miguel. O único de Évora foi no «taboeyro da Parochial Igreja de Santo Antam». Tratavam-se, obviamente, dos locais habituais onde decorriam os autos-da-fé⁴.

Os sermões foram publicados com escasso lapso temporal em relação aos momentos em que foram pregados. Os de Diogo da Assunção Justiniano (1705 e 1710), Francisco de Santa Maria (1706), Cristóvão de Santa Maria (1706), José de Oliveira (1707), Bernardo Teles (1709), Francisco Vieira (1718), Francisco de Torres (1720), José do Nascimento (1726), José dos Anjos (1727) saíram em poucos meses,

² Sobre esta cerimónia, cfr. Francisco Bethencourt, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália* (Lisboa: Temas e Debates, 1996), 196-227; Isabel Drumond Braga, “‘Para Triunpho da Fé e mayor gloria de Deos’: o cadafalso do auto da fé de Lisboa de 1698 segundo o projecto do architecto Luís Nunes Tinoco”, *Artis* 4 (2005): 191-204; id., “Representação, poder e espectáculo: o auto da fé”, em *Turres Veteras VIII. História das Festas* (Lisboa: Edições Colibri; Lisboa: Instituto Alexandre Herculano; Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras, 2006), 177-185; id., “O auto da fé: uma festa apreciada e criticada”, em *Lisboa e a Festa. Celebrações Religiosas e Cívicas na Cidade Medieval e Moderna. Colóquio de História e de História da Arte. Actas*, ed. Teresa Leonor M. Vale, Maria João Pacheco Ferreira, Sílvia Ferreira (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009), 87-103; id., “Auto da fé. Portugallo”, em *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, ed. Adriano Prosperi, Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, vol. I (Pisa: Edizione della Normale, 2010), 123-124; Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa. 1536-1821* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013), 261-280.

³ Edward Glaser, “Portuguese Sermons at Autos-da-Fé: Introduction and Bibliography”, *Studies in Bibliography and Booklore*, II, 2 (1955): 53-96; Idem, “Invitation to Intolerance. A Study of the Portuguese Sermons preached at Autos-da-Fé”, *Hebrew Union College Annual*, XXVII (1956): 327-385; Maria Lucília Gonçalves Pires, “Alteridade e Conversão. Retórica dos Sermões de Auto-da-Fé”, em *Xadrez de Palavras. Estudos de Literatura Barroca* (Lisboa: Cosmos, 1996), 119-129; id., “Sermões de Auto-da-Fé. Evolução de Códigos Parenéticos”, em *ibidem*, 131-141; Howard W. Norton, “An Analysis of a Sermon Preached against the Jews at the Portuguese Inquisition”, em *Inquisição. Ensaio sobre Mentalidade, Heresias e Arte*, ed. Anita Novinsky e Maria Luiza Tucci Carneiro (São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992), 503-511; Joana Pinheiro de Almeida Troni, “Para o Estudo da Parenética Anti-Judaica: o Sermão do Auto-da-Fé de Frei Filipe Moreira (Lisboa, 25 de Junho de 1645)”, *Olisipo*, 26 (2007): 7-13; Dominika Oliwa, “Defending the catholic faith or spreading intolerance? The sermon delivered during auto-da-fé in 17th century Portugal as an example of anti-jewish literature”, *Scripta Judaica Cracoviensia* 10 (2010): 71-83; Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa*, 270-271.

⁴ Veja-se alguns dos trabalhos citados na nota 2.

no mesmo ano do auto-da-fé. O de Bernardo de Castelo Branco foi pregado em agosto de 1713 e saiu no ano seguinte. Mais tempo demoraram os de Francisco de S. Tomás (cinco anos), Miguel de Bulhões (quatro anos) e Manuel da Anunciação (dois anos).

A publicação de sermões justificava-se por várias razões: sendo úteis instrumentos de utilidade catequética e importantes meios de propaganda e de ataque, chegavam assim também aos que os não tinham ouvido; satisfaziam o interesse da população culta; eram procuradas pelos próprios pregadores, que assim se muniam de exemplos de fácil imitação⁵.

Um dos sermões, o que proferiu Francisco de Santa Maria em 1706, foi dedicado a Michelangelo dei Conti (1655-1724), núncio em Portugal desde 1698 e, mais tarde (1721-1724), papa com o nome de Inocêncio XIII. Um outro, igualmente de 1706, pregado em Coimbra por Cristóvão de Santa Maria, foi-o a D. Nuno Álvares Pereira de Melo, filho do duque de Cadaval, reitor da Universidade de Coimbra, mestre-escola da sé de Évora e deão da de Portalegre, de quem o autor era capelão. Dedicados a D. Nuno da Cunha de Ataíde (1664-1750), inquisidor geral entre 1707 e 1750, foram cinco peças, da autoria de Bernardo Teles (1709), Diogo da Anunciação Justiniano (1710), Francisco de Torres (1720), José do Nascimento (1726) e José dos Anjos (1727).

Sabe-se, entretanto, que houve sermões que não chegaram a ser publicados, nomeadamente nos autos-da-fé realizados em Lisboa em 1704, 1711, 1713, 1714, 1737, 1739, 1741, 1744, 1745, 1747, 1750, 1752 e 1754; em Coimbra, em 1701, 1704, 1708, 1711, 1716, 1729, 1730, 1732, 1734, 1737 e 1739; e em Évora, em 1705, 1706, 1708, 1716 e 1760⁶. Ou seja, a maioria.

Quadro 1
Pregadores e Sermões em Autos-da-Fé Setecentistas

Pregador	Ordem	Local de pregação	Data da pregação	Data de impressão
Bernardo de Castelo Branco	Cister	Coimbra	1713	1714
Bernardo Teles	Cister	Lisboa	1709	1709
Cristóvão de S. Maria	S. Jerónimo	Coimbra	1706	1706
Diogo da Anunciação Justiniano	Secular	Lisboa	1705	1705
Diogo da Anunciação Justiniano	Secular	Lisboa	1710	1710
Francisco de S. Tomás	secular	Lisboa	1748	1753

⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Eloquência, cativo e glorificação”, 14-15; James Rigney, “Sermons into print”, em *The Oxford Handbook of Early Modern Sermon*, ed. Peter McCullough, Hugh Adlington e Emma Rhatigan (Oxford: Oxford University Press, 2011), 198-212; Rosemary Dixon, “Sermons in print, 1660-1770”, in *ibidem*, 460-479.

⁶ José Lourenço B. de Mendonça e António Joaquim Moreira, *História dos Principais Actos e Procedimentos da Inquisição em Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1980), sem paginação.

Francisco de Santa Maria	Congregação de S. João Evangelista	Lisboa	1706	1706
Francisco de Torres	Secular	Coimbra	1720	1720
Francisco Vieira	S. Agostinho	Coimbra	1718	1718
José de Oliveira	Eremitas de S. Agostinho	Lisboa	1707	1707
José do Nascimento	S. Jerónimo	Coimbra	1726	1726
José dos Anjos	Congregação de S. João Evangelista	Coimbra	1727	1727
Manuel da Anunciação	S. Domingos	Lisboa	1749	1751
Miguel de Bulhões	S. Domingos	Lisboa	1746	1750

3. Como autores das peças parenéticas em estudo, treze nomes se recensiam: Bernardo de Castelo Branco (1655-1725), cisterciense; Bernardo Teles (?-1716), cisterciense, de Alcobça, lente de Teologia da Universidade de Coimbra e reitor do colégio de S. Bernardo da mesma cidade e qualificador do Santo Ofício; Cristóvão de Santa Maria (?-1712), jerónimo, do mosteiro de Belém, lente da Universidade de Coimbra e qualificador do Santo Ofício; Diogo da Assunção Justiniano (1654-1714), arcebispo de Cranganor e presidente da Relação Eclesiástica do Arcebispado de Évora; Francisco de S. Tomás (?-1753), deputado e qualificador do Santo Ofício; Francisco de Santa Maria (1653-1713), geral da Congregação de São João Evangelista; Francisco de Torres, cónego magistral da sé de Coimbra e qualificador Santo Ofício; Francisco Vieira (1649?-1720), da Ordem de Santo Agostinho; José de Oliveira (1638-1719), dos Eremitas de Santo Agostinho, que fora em 1694 nomeado bispo de Angola e Congo, renunciando por motivos de saúde em 1700; José dos Anjos (1664-1731), da Congregação de São João Evangelista; José do Nascimento (?-1731), jerónimo; Manuel da Anunciação (?-1751), dominicano, qualificador do Santo Ofício e examinador sinodal das três ordens militares; e Miguel de Bulhões (1709-1779), dominicano, bispo de Malaca (1745-1747), do Pará (1748-1759) e de Leiria (1761-1779).

Em síntese, três clérigos seculares e os restantes regulares, a saber, dois agostinhos, dois cistercienses, dois dominicanos, dois jerónimos e dois loios. Em relação a cinco deles, sabemos que foram qualificadores do Santo Ofício, um dos quais igualmente deputado.

Apenas um, Diogo da Assunção Justiniano, foi autor de dois sermões, sendo os demais de apenas um.

4. Se bem que várias pessoas acusadas de outros crimes que não o judaísmo tenham saído nos sucessivos autos-da-fé⁷, a verdade é que, nesses momentos, a

⁷ Apenas a título de exemplo, no auto celebrado em Coimbra em 1706, em que pregou Cristóvão de Santa Maria, saiu um molinosista. Na mesma cidade, em 1713, quando pregou Bernardo de Castelo

oratória sagrada centrava as suas atenções no ataque aos cristãos-novos judaizantes, embora, como já foi notado por diversos autores, nunca se tenha usado a designação expressa «cristãos-novos», preferindo-se a de judeus. Na opinião de Edward Glaser, lograva-se, assim, difamar todos aqueles em cujas veias corria sangue hebraico⁸.

Assim, em 1705, Diogo da Anunciação Justiniano referia-se aos cristãos-novos portugueses como «disgraçadas reliquias do Judaismo! Infelices fragmentos da Synagoga! Ultimo despejo da Judea! Escandalo dos Catholicos!»⁹ Cerca de quatro décadas volvidas, o discurso não se alterara: em 1746, Miguel de Bulhões parecia glosar o autor anteriormente citado, ao recorrer às seguintes palavras: «infelices despojos de Israel, desgraçadas reliquias do Hebraismo, e pósthumos abortivos partos da Sinogoga»¹⁰.

Os sermões insistiam, invariavelmente, na velha temática da cegueira dos judeus, seguindo o que surge nas peças do século XVII¹¹: «povo cego, & enganado ha tantos seculos com esperanças vãs do teu falso Messias», clamava, em 1706, Cristóvão de Santa Maria¹². Muitos anos depois, em 1749, Manuel da Anunciação alertava contra a «ignorância» e a «teima» dos mesmos¹³. Francisco de Santa Maria procurou ser mais preciso, ao salientar que os judeus haviam saído da idolatria para a não-aceitação de Cristo como Messias: «Sahirão de hum mal para outro mal: Grande desgraça!»¹⁴ Alguns pregadores, como foram os casos de Diogo da Assunção Justiniano¹⁵, José de Oliveira¹⁶ e Bernardo Teles¹⁷, recorreram a textos veterotestamentários para procurar mostrar, de forma minuciosa, que Cristo era o Messias.

Branco, quatro dos penitenciados foram sacerdotes que cometeram falsidades em diligências do Santo Ofício, Cfr. José Lourenço B. de Mendonça e António Joaquim Moreira, *História dos Principais Actos e Procedimentos da Inquisição*, sem paginação.

⁸ Edward Glaser, “Invitation to intolerance”, 384.

⁹ Diogo da Anunciação Justiniano, *Sermam do Auto da Fe, que se celebrou na Praça do Rocio desta Cidade de Lisboa, junto aos Paços da Inquisição, em 6 de setembro do anno de 1705, pregado pelo Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor [...]* (Lisboa: António Pedroso Galvão, 1705), 5.

¹⁰ Miguel de Bulhões, *Sermaõ do Auto da Fe celebrado na Igreja de S. Domingos desta Corte, que recitou em 16 de Outubro de 1746 o Exm.º e Rm.º Senhor [...]* (Lisboa: Pedro Ferreira, 1750), 11. A este sermão foi dedicado um estudo específico, já anteriormente citado: Howard W. Norton, “An Analysis of a Sermon Preached against the Jews at the Portuguese Inquisition”.

¹¹ Veja-se alguns dos estudos citados na nota 3.

¹² Cristóvão de Santa Maria, *Sermaõ que pregou o P. M. [...] no Auto Publico da Fee que se celebrou em o Terreyro de São Miguel da Cidade de Coimbra, Domingo, vinte & cinco de Julbo de 1706 [...]* (Coimbra: José Ferreira, 1706), 6.

¹³ Manuel da Anunciação, *Sermaõ do Auto Publico da Fé que na Igreja do Real Convento de S. Domingos [...] pregou-o [...]* (Lisboa: Domingos Rodrigues, 1751), 10.

¹⁴ Francisco de Santa Maria, *Sermam do Auto da Fé, que se celebrou na Praça do Rocio desta Cidade de Lisboa junto aos Paços da Santa Inquisição anno de 1706 em presença de Sua Magestade, & Altasas, pregado pelo [...]* (Lisboa: Manuel e José Lopes Ferreira, 1706), 39.

¹⁵ Diogo da Anunciação Justiniano, *Sermam do Auto da Fe, que se celebrou na Praça do Rocio desta Cidade de Lisboa, junto aos Paços da Inquisição, em 6 de setembro do anno de 1705 [...]*.

¹⁶ José de Oliveira, *Sermam que pregou no auto da fé, que se celebrou no Rocio [...] o Senhor [...]* (Coimbra: José Ferreira, 1707).

Em 1720, Francisco de Torres recordou ainda a alegada hipocrisia dos filhos de Israel, referindo-se às «simulações» e «fingimentos» dos cristãos-novos: «Para parecerdes Christãos adorais exteriormente, bateis nos peitos, ajoelhais, & levantai as mãos às Imagens de Christo, como verdadeiro Deos; & interiormente não o reconheceis, nem o venerais por Deos verdadeyro»¹⁸.

Miguel de Bulhões arriscou mesmo, em 1746, a classificar os judaizantes como ateus:

porque viveis sem Deos, sem ley. Sem Deos, porque nem adorais aos Deozes falsos, nem ao verddeiro Deos. Não adorais aos Deozes falsos, porque não tendes ídolos. [...] Não adorais ao verdadeiro Deos, porque não conheceis ao Deos Encarnado, nem a Deos Trino, e Uno. Também não tendes Ley, porque nem observais a Ley de Christo, nem a Ley de Moysés¹⁹.

Mas os pregadores não deixavam de abrir a porta para a possibilidade da salvação das almas dos penitenciados pela Inquisição. Uns apelavam diretamente à bondade divina: «Daylhes Senhor o lume sobrenatural da vossa Santissima fé, para que conheção, & entendam as verdades catholicas, que lhes pregão, & persuadem os ministros da vossa Igreja», rogava, em 1706, Cristóvão de Santa Maria²⁰. Outros deixavam tal ao arbítrio dos próprios cristãos-novos: «Na vossa mão tendes a vida, & a morte, a salvação, & condenação, vede o que escolheis», clamava, em 1706, Francisco de Santa Maria²¹.

Entretanto, José do Nascimento, que pregava em 1726, queria acreditar que o arrependimento dos cristãos-novos penitenciados pela Inquisição era sincero: «Fazey Senhor, que seja verdadeyro o arrependimento, dos que em habito de penitencia, chegão agora á vossa presença detestando a sua culpa»²².

Por seu turno, Bernardo de Castelo Branco recordou, em 1714, o quanto, em sua opinião, deviam os filhos de Israel aos cristãos de Portugal quer durante a Idade Média quer após a ordem de expulsão de Castela por parte dos Reis Católicos: «Consideray sem payxão se tendes mais motivos de obrigação, & de amor, que de odio,& aversam a respeito destes Christãos»²³.

¹⁷ Bernardo Teles, *Sermam do Auto da Fe que se celebrou no Rocio de Lisboa, em Domingo 30 de Junh, no anno de 1709* [...] (Lisboa: Manuel e José Lopes Ferreira, 1709).

¹⁸ Francisco de Torres, *Sermão do Auto Publico da Fee, que se celebrou no pateo de São Miguel da Cidade de Coimbra em sette de Julho de 1720* [...] (Coimbra: Real Colégio das Artes, 1720), 5-7 e 21-22.

¹⁹ Miguel de Bulhões, *Sermão do Auto da Fe celebrado na Igreja de S. Domingos desta Corte*, 11-12.

²⁰ Cristóvão de Santa Maria, *Sermão que pregou o P. M.*, 27.

²¹ Francisco de Santa Maria, *Sermam do Auto da Fé*, 39.

²² José do Nascimento, *Sermão do Acto Publico da Fee que se celebrou no Terreyro de São Miguel da Cidade de Coimbra, em trinta de Junho de 1726* [...] (Coimbra: José Antunes da Silva, 1726), 30.

²³ Bernardo de Castelo Branco, *Sermão do Auto da Fé que se celebrou publicamente no terreyro de São Miguel da Cidade de Coimbra em 6 de Agosto de 1713* [...] (Coimbra: Real Colégio das Artes, 1714) 33.

Como seria de esperar, o tribunal do Santo Ofício foi por diversas vezes elogiado pelos pregadores. Seguiu-se aqui, uma vez mais, o que se passara no século XVII²⁴. Em 1710, Diogo da Anunciação Justiniano chamou a atenção para as «muytas obrigaçoens» em que os cristãos-novos se achavam perante a Inquisição que, com «grande piedade», «grande paciencia» e «ardentíssima caridade» procurava evitar o «rigor da espada», preferindo a «misericórdia da oliveyra»: Os «ministros deste Santo Tribunal não procurão o vosso castigo, desejão a vossa emenda»²⁵. Em 1718, Francisco Vieira insistia no tópico da misericórdia inquisitorial, não deixando de salientar o caso extremo dos relaxados ao braço secular: «castigão Judeos obstinados, & favorecem os confessos, & arrependidos»²⁶. Em 1727, José dos Anjos opinava que a ida dos cristãos-novos aos cárceres do Santo Ofício era o «principio de todas as suas venturas», uma vez que ali eram exortados a deixar os erros e a seguirem a lei verdadeira «em que se hão de salvar»²⁷. E a vantagem da Inquisição sobre a justiça secular tornava-se evidente nas palavras de Francisco de S. Tomás, pregadas em 1753: «Olhai que, se cahires nas mãos da Justiça secular, ireis a arder em dous fogos. Sahireis do da ribeira, e no do Inferno, ireis arder para sempre»²⁸.

Num único caso, o sermão pregado em 1720, em Coimbra, por Francisco de Torres, se faz alusão a um delito sob a alçada do Santo Ofício que não o judaísmo, concretamente, o molinosismo ou quietismo. Tratava-se de um movimento místico surgido no século XVII, especialmente na Monarquia hispânica, França e Península Itálica, da autoria do sacerdote e místico aragonês Miguel de Molinos, no seu *Guía espiritual que desembaraça el alma y la conduce por el interior camino para alcanzar la perfecta contemplación y el rico tesoro de la paz interior* (1675). Defendia a passividade na vida espiritual e mística, exaltando as virtudes da vida contemplativa e ainda que se deveria aceitar passivamente o que Deus está disposto a conceder. Em 1685, Molinos foi preso pela Inquisição romana, abjurando os seus erros. Dois anos depois, Inocêncio XI condenou as suas teses. Os primeiros processados pela Inquisição portuguesa datam de 1699. Até meados do século XVIII, o tribunal luso penitenciou cerca de 60 pessoas acusadas deste delito²⁹.

²⁴ Remeto, uma vez mais, para alguns dos trabalhos citados na nota 3.

²⁵ Diogo da Assunção Justiniano, *Sermam do Auto da Fe, que se celebrou no taboleyro da Parochial Igreja de Santo Antam de Evora, em Domingo 20 de Julbo de 1710* [...] (Lisboa: António Pedroso Galvão, 1710), 34.

²⁶ Francisco Vieira, *Sermão do Acto da Fé que se celebrou no Pateo de S. Miguel da Cidade de Coimbra em 19 de Julbo do prezente anno de 1718* [...] (Coimbra: Real Colégio das Artes, 1718), 38.

²⁷ José dos Anjos, *Sermão no Auto Publico da Fe, que se celebrou na Praça de S. Miguel da Cidade de Coimbra em 25 de Maio de 1727* [...] (Coimbra: Real Colégio das Artes, 1727), 32.

²⁸ Francisco de S. Tomás, *Sermão do Auto Publico da Fé que na Igreja do Real Convento de São Domingos* [...] (Lisboa: Miguel Manescal da Costa, 1753), 23-24.

²⁹ Adelina Malena, “Molinos, Miguel de”, in *Dizionario Storico dell' Inquisizione*, ed. Adriano Prosperi, Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, vol. II (Pisa: Edizione della Normale, 2010), 1059-1060; id., “Quietismo”, in *ibidem*, vol. III, 1288-1294; Giuseppe Marocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa*, 280-284.

O pregador, de forma algo surpreendente, escreveu:

lendo agora, pouco tempo antes de subir a este pulpito, a lista de todos os Reos, que neste acto sahem hoje penitenciados, vejo, não sem grande dor, & magoa do meu coração, penitenciados, não só os que pella desgraça do sangue, que participaraõ dos seus progenitores, se inclinãõ a quererem ser Judeos, & professores da Ley de Moyses; mas tambem a vòs, que tendo a ventura de participardes o limpo, & puro sangue de pays Catholicos, & que como tais vos criarão com o leite da doutrina Christãã, & santamente vos educaraõ para seguirdes, & professares a Ley de Christo, vos apartastes della, sem outra alguma inclinação, que a isso vos movesse, mais do que a da vossa torpeza, querendo voluntariamente ser hereges, & professores da danada ceita, que ensinou o perverso Heresiarca Miguel de Molinos, & que condenou a Santidade do Sanctissimo Padre Innocencio XI.

Proseguiu depois com as habituais advertências: «Ó desgraçados Irmaõs meus no sacerdocio, que devendo por vosso estado ser ministros de JESU Christo, pela vossa abominavel torpeza vos fizestes ministros de Satanás». Finalmente, era chegada a hora da reconciliação: «venturozos podeis ser na vossa emenda»³⁰.

5. Sendo a palavra oral um meio privilegiado de contacto entre as pessoas, torna-se claro que os sermões ganharam relevo durante as Épocas Medieval e Moderna, quando a maioria da população era analfabeta. Se excetuarmos a confissão, a parenética era o único meio de ouvir a palavra de Deus em língua vulgar, consequentemente uma poderosa arma para a conquista da mente e uma importante via de formação da consciência e da espiritualidade dos fiéis³¹. Era um elemento da vida social³² e um sucedâneo da educação doutrinal³³.

Se, em Portugal, nunca se deu prioridade à publicação de textos de ataque às heresias ou a comportamentos desviantes que caíam sob a alçada da Inquisição³⁴ e se

³⁰ Francisco de Torres, *Sermão do Auto Publico da Fee*, 33-34.

³¹ Erminia Ardissimo, *Il Barroco e il Sacro. La Predicazione del Teatino Paolo Aresi tra Letteratura, Immagini e Scienza* (Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2001), 10-17.

³² Lina Bolzoni, “Oratoria e prediche”, em *Letteratura Italiana*, ed. Alberto Asor Rosa, vol. III, parte II (Turim: Einaudi, 1984), 1065.

³³ Claudia di Filippo, “Pastorale tridentina ed educazione degli adulti nelle zone retiche e ticinesi all’epoca di Carlo Borromeo”, em *La Comunicazione del Sacro (secoli IX-XVIII)*, ed. Agostinho Paravicini Bagliani e Antonio Rigoso (Roma: Herder, 2008), 337.

³⁴ O que não quer, contudo, dizer que os mesmos não tenham sido escritos. Pense-se, por exemplo, no *Diálogo Evangélico*, de João de Barros (1531), no *Espelbo de Cristãos-Novo e Convertidos*, de Frei Francisco Machado (1541) e na *Inquisição e segredos da fé*, de Diogo de Sá (anos 50 do século XVI). A Inquisição não autorizou a respetiva publicação, porque, por um lado, havia que evitar polémicas, por mais bem-intencionadas que fossem, sobre dogmas da Igreja Católica e, por outro, com tais livros poderiam os cristãos-novos aprender ritos judaicos ou recordar os já esquecidos. Cfr. I.-S. Révah, “O Diálogo Evangélico sobre os Artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus de João de Barros”, em *Etudes Portugaises*, ed. Charles Amiel (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975) 51-97; Mildred Evelyn Vieira e Frank Ephraim Talmage, “Introduction”, em *The Mirror of the New Christians (Espelbo de Cristãos-Novos) by Francisco Machado* (Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval

a escassa literatura polémica antijudaica surgiu entre os anos 10 do século XVII e a segunda metade da centúria seguinte, numa conjuntura muito específica, que se prende com alguma tensão com a comunidade cristã-nova³⁵, resta, como principais exemplos de condenação do judaísmo o caso dos sermões proferidos aquando dos autos-da-fé em Seiscentos e Setecentos.

Nestes textos, afadigavam-se os seus autores em demonstrar as verdades do Cristianismo e os erros do judaísmo, criticando a cegueira dos judeus, obstinados na sua não-aceitação de Cristo como o Messias. Visavam sobretudo os cristãos-novos que alegadamente judaizavam. Acabavam por funcionar menos como mecanismos auxiliares da conversão sincera dos cristãos-novos e mais como de propaganda, justificando a existência da Inquisição. Entretanto, pouco mais diziam a respeito de outros delitos inquiridos pelo Santo Ofício.

Se compararmos as peças parenéticas produzidas no século XVII com as que o foram na centúria seguinte, concluímos que as diferenças são escassíssimas, havendo somente a salientar um caso em que se verberou uma nova heresia, o molinosismo.

Recibido: 24 de mayo de 2017
Aprobado: 25 de julio de 2017

Studies, 1977), 13-14; Ronaldo Vainfas, “Deixai a Lei de Moisés! Notas sobre o *Espelho de Cristãos-Novos* (1541), de Frei Francisco Machado”, em *Ensaios sobre a Intolerância. Inquisição, Marranismo e Anti-Semitismo (Homenagem a Anita Novinsky)*, ed. Lina Gorenstein e Maria Luiza Tucci Carneiro (São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, 2002), 241-263.

³⁵ Alguns destes textos eram traduções, nomeadamente do italiano. Alertavam a maioria cristã-velha contra a perfídia dos cristãos-novos. Como já foi lembrado, tudo isto surgiu em momentos de alguma tensão com a referida minoria: possibilidade de novos perdões-gerais, campanha a favor dos cristãos-novos do padre António Vieira, hipóteses de expulsão de Portugal da minoria, ou pelo menos dos que já haviam sido penitenciados pela Inquisição, e os descatos das igrejas de Santa Engrácia (1630) e de Odivelas (1671). Cfr. Bruno Feitler, “A *Sinagoga Desenganada*: um tratado antijudaico no Brasil do começo do século XVIII”, *Revista de História* 148, 1 (2003), 107-124; id., “O catolicismo como ideal. Produção literária antijudaica no mundo português da Idade Moderna”, *Novos Estudos* 72 (2005), 137-158; id., “A circulação de obras antijudaicas e anti-semitas no Brasil colonial”, *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* XXIV (2007) 55-74; id., *The Imaginary Synagogue. Anti-Jewish Literature in the Portuguese Early Modern World (16th–18th Centuries)* (Leiden e Boston: Brill, 2015).